

XVIII CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES
das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia
Açores, 13 e 14 de Setembro de 2012

DECLARAÇÃO FINAL

A XVIII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, reunida na cidade da Horta, ilha do Faial, Região Autónoma dos Açores, sob a presidência de Carlos Manuel Martins do Vale César, Presidente do Governo Regional dos Açores:

Reitera solenemente o compromisso das Regiões Ultraperiféricas para com o projeto europeu e a construção de uma União centrada nos seus valores fundamentais; reafirma a sua determinação em utilizar todos os meios ao seu alcance para promover o progresso, a criação de emprego e a coesão económica, social e territorial.

Reconhece o contributo fundamental da União Europeia para o desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas (RUP) e insiste na necessidade de melhorar a parceria entre as Instituições europeias, os Estados-membros e as Regiões.

Pugna por uma Europa que contribua para o crescimento e a convergência das Regiões Ultraperiféricas, no respeito pelos princípios da subsidiariedade e pela governação multinível.

Lamenta, apesar dos esforços empreendidos para recolocar a Europa no caminho de um crescimento inteligente, sustentável e





inclusivo, o atraso e a debilidade de medidas verdadeiramente adaptadas, ambiciosas e eficazes na promoção do crescimento e do emprego. Esta situação aumenta a perda de confiança dos cidadãos no projeto europeu.

Exige a aplicação da letra e do espírito do artigo 349 do TFUE, base e fundamento primeiro de intervenções adaptadas em todas as políticas da União a favor das nossas Regiões e está particularmente preocupada com a sua parca utilização.

Exorta o conjunto de instâncias e responsáveis competentes a prosseguir na defesa do reconhecimento do estatuto da ultraperiferia.

Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020

Acompanha com atenção a evolução das negociações do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 que promova mais crescimento e emprego e partilha as orientações em favor da qualidade da utilização dos recursos, da simplificação dos instrumentos e da introdução de maior flexibilidade.

Regista o agendamento de um Conselho Europeu extraordinário em novembro de 2012 e manifesta a sua preocupação pela possibilidade de uma redução no orçamento comunitário que afecte nomeadamente a Política de Coesão e a Política Agrícola Comum. Uma tal decisão pressuporia uma orientação política de graves consequências já que o futuro orçamento não poderia estimular o crescimento, em particular nas Regiões Ultraperiféricas.

Convida, por isso, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, a Presidência do Conselho e os Estados-membros a defender um



orçamento equilibrado que tenha em consideração o estatuto da ultraperiferia e a realidade das nossas Regiões.

Estratégia Renovada para as Regiões Ultraperiféricas

Toma nota da Comunicação da Comissão «As regiões ultraperiféricas da União europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo», de 20 de junho de 2012.

Reconhece a importância desta Comunicação, mas lamenta a manifesta insuficiência de medidas concretas e adaptadas, bem como o calendário tardio da sua adoção face às expectativas criadas.

Contesta a opção da Comissão em basear-se unicamente no direito comum e reafirma, a este propósito, a pertinência das propostas contidas nos Memorandos de 2009 e 2010 sobre a Ultraperiferia, nomeadamente as que referem instrumentos setoriais específicos.

Saúda a manutenção dos três primeiros eixos de desenvolvimento da estratégia para as RUP e reconhece a importância determinante de um novo eixo social.

Insiste para que o desenvolvimento dos eixos compreenda medidas substanciais.

Recorda, neste contexto, a importância fundamental de reduzir o défice de acessibilidade das RUP e a necessidade de concretizar as recomendações do relatório Solbes. À semelhança dos programas específicos já existentes, como os POSEI, outros quadros horizontais específicos, dotados de meios financeiros adicionais adequados, deveriam ser criados nos domínios dos transportes, da energia e do turismo. Solicita que seja garantida a continuidade territorial no âmbito digital.



Partilha o objetivo global de melhorar a competitividade através de medidas de apoio que visem a modernização e a diversificação das economias das RUP e que garantam a manutenção, a extensão e a melhoria de dispositivos específicos de apoio aos setores tradicionais (nomeadamente, POSEI, mecanismos de apoio aos sectores leiteiro e açucareiro, madeira da Guiana) e de dispositivos fiscais e aduaneiros (por exemplo, AIEM, *octroi de mer*, zona franca).

Considera que o êxito da estratégia renovada é também condicionado pela próxima revisão dos enquadramentos europeus relativos aos Auxílios de Estado. Convida a Comissão e os Estados-membros a ter em conta as diversas contribuições da Conferência que preconizam maior flexibilidade, simplificação e coerência das intervenções em benefício das empresas.

Compromete-se a prosseguir os seus trabalhos no domínio da especialização inteligente para o desenvolvimento das produções locais bem como de setores com um forte potencial de crescimento e de elevado valor acrescentado.

Compartilha da necessidade de reforçar a inserção regional mas manifesta a sua preocupação sobre a regulamentação proposta para o objetivo de cooperação territorial europeia, inadaptada às nossas Regiões, e que carece de modificações que promovam a realização de projetos de cooperação nas nossas zonas. Solicita, por outro lado, a elegibilidade automática de todas as RUP à cooperação transfronteiriça.

Exprime a sua extrema preocupação pelo aumento e pelos níveis de desemprego nas Regiões Ultraperiféricas e, em particular, o desemprego jovem. Solicita que esta situação seja devidamente considerada antes da entrada em vigor do próximo período de programação. Preconiza que o pacto para o crescimento e o



emprego contenha uma vertente «emprego» dotada de meios adicionais e que contenha uma vertente territorial para as Regiões Ultraperiféricas.

Toma nota da inclusão das alterações climáticas como novo eixo de desenvolvimento da estratégia renovada. Considera, todavia, necessário encontrar um equilíbrio entre as obrigações resultantes de legislação ambiental, concebida para o continente europeu e o seu impacto nas economias das Regiões Ultraperiféricas.

Toma nota da recente proposta da Comissão de um plano de acção para a execução da estratégia renovada; partilha os objetivos a alcançar, mas interroga-se sobre o método, o conteúdo e o calendário de aplicação.

Propõe, em seu lugar, um pacto real e coerente, definido a nível de cada Região, com base nas suas propostas, negociado com os respectivos Estados e Comissão. Ele deverá conter, em particular, a identificação e a alocação dos meios financeiros, a natureza das medidas, incluindo as regulamentares, necessárias para atingir os objetivos definidos, e não se limitar às medidas atuais.

Solicita, conseqüentemente, que este pacto seja inserido de forma coerente na vertente RUP de cada contrato de parceria dos fundos europeus.

Sublinha que as Regiões Ultraperiféricas, tendo em conta as suas competências e grau de autonomia, constituem o nível adequado para definir os objetivos estratégicos deste pacto ao serviço do desenvolvimento do seu território.

Convida a Espanha, a França e Portugal a empreender, o quanto antes, diligências junto do Conselho, com o apoio da Presidência Cipriota, para a inclusão de uma referência à ultraperiferia nas conclusões do próximo Conselho Europeu.



A Conferência dos Presidentes, no âmbito da sessão de parceria de 14 de setembro de 2012 na cidade da Horta:

Saúda a presença da Comissão Europeia, representada pelo Comissário responsável pela política regional e reconhece os esforços da Unidade de Coordenação RUP.

Renova os seus agradecimentos pela organização do II Fórum das Regiões Ultraperiféricas, e sublinha, particularmente, a participação do Presidente da Comissão Europeia nesse evento.

Está certa de que a Comissão, guardiã dos Tratados, velará pela rigorosa aplicação do artigo 349 do TFUE.

Saúda a presença da Presidência Cipriota do Conselho da União Europeia, testemunho do seu interesse pela ultraperiferia, e pede que esta defenda a situação particular das nossas Regiões.

Saúda a presença do Ministro do Ultramar de França, do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus de Portugal, e da representante do Ministério dos Assuntos Externos e Cooperação de Espanha.

Espera, nas negociações em curso, um forte envolvimento dos Estados-membros na defesa da ultraperiferia.

Saúda a presença dos deputados ao Parlamento Europeu e reitera a sua disponibilidade para colaborar com esta instituição.

Felicita, particularmente, o deputado Nuno Teixeira pelo seu relatório em prol da ultraperiferia, e agradece-lhe, neste contexto, a colaboração com a Conferência.



Solicita o apoio do Parlamento Europeu para que este, no âmbito das suas competências reforçadas, defenda as Regiões Ultraperiféricas.

Saúda a presença do Primeiro-ministro da República de Cabo Verde, recordando a parceria especial deste Estado insular com a UE e os laços de proximidade, tanto geográficos como institucionais, com as RUP da Macaronésia. Manifesta a vontade de aprofundar a cooperação no espaço Atlântico.

Saúda a participação de Maiote e acolhe, com satisfação, a sua evolução estatutária, aprovada pelo Conselho de 11 de julho de 2012. Reitera a sua disponibilidade em apoiar Maiote no seu percurso de integração no estatuto da ultraperiferia.

Saúda a presença e o interesse manifestado por Aruba nos trabalhos desta Conferência e afirma o seu apoio a um eventual pedido oficial, no âmbito do artigo 355 § 6 do TFUE.

A Conferência dos Presidentes:

Acorda que a Reunião assume a próxima Presidência da Conferência e mandata o Comité de Acompanhamento, além das missões que lhe são confiadas pelo Protocolo de Cooperação, para:

- Acompanhar as negociações do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020;
- Se assegurar que as diferentes reformas em curso das políticas europeias com forte impacto territorial nas RUP reflitam as disposições do artigo 349 do TFUE. Empreenda, com este mesmo pressuposto, diligências junto do Parlamento Europeu, do Comité das Regiões e do Comité

Económico e Social Europeu no âmbito da tomada de posição destas instituições sobre a Comunicação da Comissão de 20 de junho de 2012;

- Colabore com a Coletividade departamental de Maiote no seu processo de evolução estatutária.

Mandata o Presidente do Governo Regional dos Açores a transmitir a presente Declaração aos seus destinatários, nos termos do Protocolo de Cooperação entre as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

Assinado na cidade da Horta, Região Autónoma dos Açores, a 14 de setembro de 2012, em oito exemplares originais, cinco em língua francesa, dois em português e um em espanhol.



AÇORES

CANÁRIAS

GUADALUPE

GUIANA

MADEIRA

MARTINICA

REUNIÃO

SAINT-MARTIN